



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre o Banco Bradesco Cartões S.A. e o Banco Losango. Essa operação visa promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do

Banco Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

No primeiro semestre de 2017, o Banco Losango registrou um lucro líquido no montante de R\$ 17.163 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 150.801 mil e Ativos Totais de R\$ 3.355.001 mil.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.479.426	3.322.745	CIRCULANTE	1.839.350	2.576.146
DISPONIBILIDADES	9.605	32.676	DEPÓSITOS	1.096.789	1.831.889
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	38.886	136.812	Depósitos à Vista (Nota 12)	19.671	16.247
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.886	136.812	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.077.118	1.815.642
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	33.698	99	OUTRAS OBRIGAÇÕES	742.561	744.257
Carteira Própria	30.835	99	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.717	2.538
Vinculados à Prestação de Garantias	2.863	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	9.760	14.022
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.067	11.765	Diversas (Nota 13b)	731.084	727.697
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.251.583	1.842.196	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.364.850	1.327.778
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	2.032.429	2.530.566	DEPÓSITOS	1.042.701	1.045.074
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(780.846)	(688.370)	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.042.701	1.045.074
OUTROS CRÉDITOS	1.125.617	1.266.044	OUTRAS OBRIGAÇÕES	322.149	282.704
Rendas a Receber	13	19	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	1.879	-
Diversos (Nota 8)	1.182.415	1.308.295	Diversas (Nota 13b)	320.270	282.704
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(56.811)	(42.270)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	150.801	302.283
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	11.970	33.153	Capital Social - De Domiciliados no País	481.996	361.996
Despesas Antecipadas	11.970	33.153	Reservas de Capital	1.158	1.158
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	865.680	802.340	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(150)	326
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	29.855	60.319	Prejuízos Acumulados	(332.203)	(61.197)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.855	60.319			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	-	8.952			
Carteira Própria	-	6.415			
Vinculados à Prestação de Garantias	-	2.537			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	118.742	136.352			
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	239.434	175.981			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(120.692)	(39.629)			
OUTROS CRÉDITOS	717.083	595.110			
Diversos (Nota 8)	725.864	595.617			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(8.781)	(507)			
OUTROS VALORES E BENS	-	1.607			
Despesas antecipadas	-	1.607			
PERMANENTE	9.895	81.122			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	8.828	9.437			
Imóveis de Uso	1.571	1.571			
Outras Imobilizações de Uso	14.285	24.995			
Depreciações Acumuladas	(7.028)	(17.129)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.067	71.685			
Ativos Intangíveis	462.458	502.927			
Amortizações Acumuladas	(461.391)	(431.242)			
TOTAL	3.355.001	4.206.207	TOTAL	3.355.001	4.206.207

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	832.506	885.936
Operações de Crédito	824.650	870.541
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	7.856	15.395
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	595.308	696.863
Operações de Captações no Mercado (Nota 12b)	131.069	182.851
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	464.239	514.012
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	237.198	189.073
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(194.644)	(477.787)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	92.929	90.584
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(76.727)	(66.182)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(146.905)	(296.869)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(38.414)	(44.737)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	73.064	112.714
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(98.591)	(273.297)
RESULTADO OPERACIONAL	42.554	(288.714)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(59)	(9.027)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	42.495	(297.741)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(25.332)	104.093
Provisão para Imposto de Renda	(3)	(745)
Provisão para Contribuição Social	(4)	(1.126)
Diferido	(25.325)	105.964
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	17.163	(193.648)
Número de ações (Nota 14a)	546.742	135.013.215
Lucro/(Prejuízo) por ações em R\$	31,39	(1,43)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	42.495	(297.741)
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido antes dos Impostos:	462.144	737.874
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	464.239	514.012
Provisão/(Reversão) para Passivos Contingentes	(3.366)	5.668
Impairment do Ativo Intangível	-	200.410
Depreciações e Amortizações	1.271	17.112
Outros	-	672
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado antes dos Impostos	504.639	440.133
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.275	113.850
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	117.910	(580)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.436	413
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(270.733)	(640.321)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	192.546	25.849
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	2.883	(3.540)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(525.319)	117.059
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(91.429)	(56.421)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(19.792)	(3.558)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	-	15
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8)	(1.193)
Aquisição do Intangível	(348)	-
Alienação do Intangível	-	100
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(356)	(1.078)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(7)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(429)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(436)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.148)	(5.072)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	44.949	44.432
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	24.801	39.360
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.148)	(5.072)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Outras		
Saldos em 31.12.2015	361.996	1.158	71.584	60.865	16	719	-	496.338
Prescrição de Dividendos	-	-	-	2	-	-	-	2
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	(431)	-	(431)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	22	-	-	22
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	-	(193.648)	(193.648)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízo	-	-	(71.584)	(60.867)	-	-	132.451	-
Saldos em 30.6.2016	361.996	1.158	-	-	38	288	(61.197)	302.283
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	81	(209)	(349.366)	133.660
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	17.163	17.163
Saldos em 30.6.2017	481.996	1.158	-	-	59	(209)	(332.203)	150.801

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), está autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões-CDC constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango S.A., estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

A partir de 1 de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango S.A. passou a fazer parte da Organização Bradesco, com a mudança do controlador para o Banco Bradesco S.A. A Assembleia Geral Extraordinária de 13.2.2017 aprovou o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações firmado entre o Banco Bradesco Cartões S.A. e o Banco Losango. Essa operação visa promover a reorganização societária para converter o Banco Losango em subsidiária integral do Banco Bradesco Cartões, promovendo sua alocação no segmento de cartões, meios de pagamento e crédito ao consumidor.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, o Banco Losango constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

Curso normal										
Em 30 de junho - R\$ mil										
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total (A)			
							2017	%	2016	%
Empréstimos e títulos descontados	102.322	29.399	25.500	63.481	83.860	175.868	480.430	21,1	380.156	15,4
Financiamentos	142.771	99.488	93.090	223.904	212.516	41.547	813.316	35,6	961.563	38,8
Subtotal	245.093	128.887	118.590	287.385	296.376	217.415	1.293.746	56,7	1.341.719	54,2
Outros créditos (1)	454.122	125.490	97.214	178.205	101.471	31.621	988.123	43,3	1.136.059	45,8
Total em 2017	699.215	254.377	215.804	465.590	397.847	249.036	2.281.869	100,0		
Total em 2016	747.611	242.691	233.945	611.697	435.869	205.965			2.477.778	100,0

Curso anormal										
Em 30 de junho - R\$ mil										
Parcelas vencidas										
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total (B)				
						2017	%	2016	%	
Empréstimos e títulos descontados	27.147	23.692	30.174	91.711	164.145	336.869	49,0	424.712	51,4	
Financiamentos	51.292	43.131	37.878	96.764	102.832	331.897	48,2	380.043	45,9	
Subtotal	78.439	66.823	68.052	188.475	266.977	668.766	97,2	804.755	97,3	
Outros créditos (1)	3.310	2.653	2.156	5.227	5.782	19.128	2,8	22.547	2,7	
Total em 2017	81.749	69.476	70.208	193.702	272.759	687.894	100,0			
Total em 2016	158.969	102.220	93.112	229.808	243.193			827.302	100,0	

continua...

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	9.605	32.676
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	15.196	6.684
Total caixa e equivalentes de caixa	24.801	39.360

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco significativas de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
						2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.752	5.077	14.378	13.679	29.855	68.741	197.131
Total em 2017	5.752	5.077	14.378	13.679	29.855	68.741	
Total em 2016	25.006	16.055	49.264	46.487	60.319		197.131

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6c)	5.378	14.831
Total	5.378	14.831

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Carteira própria	30.835	6.514
Letras financeiras do tesouro	7.242	6.415
Ações	101	99
Cotas de fundos de investimentos	23.492	-
Vinculado à prestação de garantias	2.863	2.537
Letras financeiras do tesouro	2.863	2.537
Total	33.698	9.051

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	2016	
					Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (1)	23.492	-	-	23.492	23.492	-
Quotas de fundos	23.492	-	-	23.492	23.492	-
Títulos disponíveis para venda	101	10.105	-	10.206	10.118	88
Ações	101	-	-	101	6	95
Letras financeiras do tesouro	-	10.105	-	10.105	10.112	(7)
Total em 2017	23.593	10.105	-	33.698	33.610	88
Total em 2016	99	-	8.952			88

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas com títulos de renda fixa	2.478	564
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	5.378	14.831
Total	7.856	15.395

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de junho - R\$ mil

	Curso anormal									
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total (C)			
							2017	%	2016	%
Empréstimos e títulos descontados.....	9.969	7.636	7.475	20.691	26.756	13.824	86.351	26,0	145.633	24,8
Financiamentos.....	44.034	32.925	28.979	63.656	45.211	8.195	223.000	67,1	414.440	70,6
Subtotal.....	54.003	40.561	36.454	84.347	71.967	22.019	309.351	93,1	560.073	95,4
Outros créditos (1).....	2.902	2.214	1.983	4.598	4.966	6.126	22.789	6,9	26.862	4,6
Total em 2017.....	56.905	42.775	38.437	88.945	76.933	28.145	332.140	100,0	586.935	100,0
Total em 2016.....	168.684	64.863	58.400	127.267	116.647	51.074				

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017		2016	
	Total (A + B + C)	%	Total (A + B + C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	903.650	27,4	950.501	24,4
Financiamentos.....	1.368.213	41,4	1.756.046	45,1
Subtotal.....	2.271.863	68,8	2.706.547	69,5
Outros créditos (1).....	1.030.040	31,2	1.185.468	30,5
Total geral.....	3.301.903	100,0	3.892.015	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017										2016		
	Nível de risco										Total	%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%		
Empréstimos e títulos descontados.....	101	241.017	37.222	85.721	52.849	37.806	42.242	39.429	367.263	903.650	27,4	950.501	24,4
Financiamentos.....	61	757.034	83.638	62.913	53.209	42.755	47.193	44.942	276.468	1.368.213	41,4	1.756.046	45,1
Subtotal.....	162	998.051	120.860	148.634	106.058	80.561	89.435	84.371	643.731	2.271.863	68,8	2.706.547	69,5
Outros créditos (1).....	3.155	890.175	30.325	34.981	11.151	4.663	4.546	4.417	46.627	1.030.040	31,2	1.185.468	30,5
Total em 2017.....	3.317	1.888.226	151.185	183.615	117.209	85.224	93.981	88.788	690.358	3.301.903	100,0	3.892.015	100,0
%.....	0,1	57,1	4,6	5,6	3,6	2,6	2,9	2,7	20,8				
Total em 2016.....	53.555	2.357.690	244.665	164.744	152.755	121.269	131.342	109.876	556.119			3.892.015	
%.....	1,4	60,6	6,3	4,2	3,9	3,1	3,4	2,8	14,3				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixas de vencimento e níveis de risco

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017										2016		
	Nível de risco										Total	%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%		
Parcelas vencidas.....	-	-	72.882	49.722	38.846	27.602	27.648	23.123	92.317	332.140	32,6	586.935	41,5
1 a 30.....	-	-	13.588	8.795	5.420	4.151	4.213	3.760	16.978	56.905	5,6	168.684	11,9
31 a 60.....	-	-	9.274	5.771	4.356	3.462	3.561	3.120	13.231	42.775	4,2	64.863	4,6
61 a 90.....	-	-	8.331	5.385	4.051	3.208	3.315	2.853	11.294	38.437	3,8	58.400	4,1
91 a 180.....	-	-	19.866	13.168	10.009	7.867	7.907	6.612	23.516	88.945	8,7	127.267	9,0
181 a 360.....	-	-	17.662	12.376	9.448	6.637	6.320	4.857	19.633	76.933	7,5	116.647	8,3
Acima de 360.....	-	-	4.161	4.227	5.562	2.277	2.332	1.921	7.665	28.145	2,8	51.074	3,6
Parcelas vencidas.....	-	-	30.070	33.990	43.352	43.035	53.970	56.137	427.340	687.894	67,4	827.302	58,5
1 a 14.....	-	-	-	3.870	2.519	1.445	1.367	1.243	5.841	16.285	1,6	28.766	2,0
15 a 30.....	-	-	30.070	7.330	5.506	3.133	3.150	2.674	13.601	65.464	6,4	130.203	9,2
31 a 60.....	-	-	-	22.790	8.868	6.679	5.030	4.366	21.743	69.476	6,8	102.220	7,2
61 a 90.....	-	-	-	-	26.459	7.701	7.547	4.786	23.715	70.208	6,9	93.112	6,6
91 a 180.....	-	-	-	-	-	24.077	36.876	43.068	89.681	193.702	19,0	229.808	16,3
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	272.759	272.759	26,7	243.193	17,2
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal.....	-	-	102.952	83.712	82.198	70.637	81.618	79.260	519.657	1.020.034	100,0	1.414.237	100,0
Provisão específica.....	-	-	1.030	2.511	8.220	21.191	40.809	55.482	519.657	648.900		679.374	

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017										2016		
	Nível de risco										Total	%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%		
Parcelas vencidas.....	3.317	1.888.226	48.233	99.903	35.011	14.587	12.363	9.528	170.701	2.281.869	100,0	2.477.778	100,0
1 a 30.....	645	620.796	15.354	17.658	8.458	3.348	2.805	2.141	28.010	699.215	30,6	747.611	30,2
31 a 60.....	398	226.176	5.354	7.188	3.907	1.485	1.245	900	7.724	254.377	11,2	242.691	9,8
61 a 90.....	362	191.867	4.501	6.441	3.415	1.335	1.128	804	5.951	215.804	9,5	233.945	9,4
91 a 180.....	760	410.458	9.857	15.375	8.491	3.528	2.916	2.137	12.068	465.590	20,4	611.697	24,7
181 a 360.....	721	345.181	9.085	19.025	6.693	2.869	2.498	1.982	9.793	397.847	17,4	435.869	17,6
Acima de 360.....	431	93.748	4.082	34.216	4.047	2.022	1.771	1.564	107.155	249.036	10,9	205.965	8,3
Subtotal.....	3.317	1.888.226	48.233	99.903	35.011	14.587	12.363	9.528	170.701	2.281.869	100,0	2.477.778	100,0
Provisão genérica.....	-	9.441	482	2.997	3.501	4.376	6.182	6.670	170.701	204.350		90.163	
Total geral.....	3.317	1.888.226	151.185	183.615	117.209	85.224	93.981	88.788	690.358	3.301.903		3.892.015	
Provisão existente.....	-	9.443	1.528	6.153	16.149	60.759	93.962	88.778	690.358	967.130		769.986	
Provisão mínima requerida.....	-	9.441	1.512	5.508	11.721	25.567	46.991	62.152	690.358	853.250		769.537	
Provisão excedente (1).....	-	2	16	645	4.428	35.192	46.971	26.626	-	113.880		449	

(1) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

d) Concentração das operações de crédito

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017	% (1)	2016	% (1)
Maior devedor.....	86.267	2,6	20.561	0,5
Dez maiores devedores.....	129.105	3,9	66.735	1,7
Cinquenta maiores devedores.....	5.180	0,2	5.289	0,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Em 30 de junho - R\$ mil

	2017	%	2016	%
Pessoa física.....	3.173.409	96,0	3.826.687	98,3
Construção e imobiliário.....	86.267	2,6	-	-
Automotiva.....	18.318	0,6	47.079	1,2
Siderurgia e metalurgia.....	13.159	0,4	-	-
Demais indústrias.....	5.752	0,2	-	-
Transportes.....	4.998	0,2	6.164	0,2
Comércio.....	-	-	8.261	0,2
Agropecuário.....	-	-	3.824	0,1
Total.....	3.301.903	100,0	3.892.015	100,0

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil

Nível de risco	2017										2016	
	Saldo da carteira										Total	%
	Curso anormal		Total - curso anormal		Curso normal		Total		%			
	Vencidas	Vencidas	Total - curso anormal	Curso normal	Total	%	Total	%				
AA.....	-	-	-	3.317	3.317	0,1	53.555	1,4				
A.....	-	-	-	1.888.226	1.888.226	57,1	2.357.690	60,6				
B.....	30.070	72.882	102.952	48.233	151.185	4,6	244.665	6,3				
C.....	33.990	49.722	83.712	99.903	183.615	5,6	164.745	4,2				
Subtotal.....	64.060	122.604	186.664	2.039.679	2.226.343	67,4	2.820.655	72,5				
D.....	43.352	38.846	82.198	35.011	117.209	3,6	152.754	3,9				
E.....	43.035	27.602	70.637	14.587	85.224	2,6	121.268	3,1				
F.....	53.970	27.648	81.618	12.363	93.981	2,9	131.343	3,4				
G.....	56.137	23.123	79.260	9.528	88.788	2,7	109.876	2,8				
H.....	427.340	92.317	519.657	170.701	690.358	20,8	556.119	14,3				
Subtotal.....	623.834	209.536	833.370	242.190	1.075.560	32,6	1.071.360	27,5				
Total geral.....	687.894	332.140	1									

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo inicial	1.056.414	651.577
- Provisão específica (1).....	789.110	628.573
- Provisão genérica (2).....	146.014	22.669
- Provisão excedente (3).....	121.290	335
Constituição (líquida de reversões)	464.239	514.012
Baixas para prejuízo.....	(553.523)	(394.813)
Saldo final	967.130	770.776
- Provisão específica (1).....	648.900	679.374
- Provisão genérica (2).....	204.350	90.163
- Provisão excedente (3).....	113.880	449
- Provisão sobre títulos e créditos a receber sem característica de crédito.....	-	790
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	146.524	53.364
Renegociação de créditos no semestre	245.206	264.229

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
 (3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes; e
 (4) Classificados em receitas de operação de crédito.

h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Constituição.....	464.239	514.012
Recuperações.....	(146.524)	(53.364)
Despesa de PDD líquida de recuperações	317.715	460.648

8) OUTROS CRÉDITOS

A composição dos saldos de outros créditos diversos está demonstrado como segue:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos e créditos a receber (Nota 7a).....	1.030.040	1.185.468
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 22c).....	543.736	364.091
Devedores por depósitos em garantia.....	317.677	304.622
Impostos e contribuições a compensar.....	6.530	21.167
Adiantamentos para pagamentos.....	2.044	1.807
Imposto de renda a recuperar.....	1.657	9.983
Outros.....	6.595	16.774
Total	1.908.279	1.903.912

9) IMOBILIZADO EM USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2017	2016
Edificações.....	4%	1.571	(1.146)	425	533
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	11.312	(4.603)	6.709	7.156
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.892	(949)	943	1.165
Sistemas de processamento de dados.....	20%	1.081	(330)	751	583
Total em 2017		15.856	(7.028)	8.828	
Total em 2016		26.566	(17.129)	9.437	

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 30 de junho de 2017 apresentava o valor de custo líquido de amortização de R\$ 1.067 mil (2016 - R\$ 71.685).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III. Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais teses são:

- a) IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei no 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 60.259 mil (2016 - R\$ 57.920 mil).
 b) PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de Junho/96 a Junho/97 e Fevereiro/98 a Dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 16.295 mil (2016 - R\$ 15.380).

IV. Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	102.798	25.004	97.983
Constituições líquidas de reversões.....	(3.234)	(143)	11
Atualização monetária.....	1.373	734	2.268
Baixas por pagamentos.....	(88)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 13b)	100.849	25.595	100.262
Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 13b)	40.821	17.934	95.602

(*) As provisões Fiscais referem-se substancialmente a Obrigações Legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- 1) IR/CSL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 79.993 mil (2016 - R\$ 73.619 mil); e
 2) Glosa de compensação de créditos de PIS e Cofins lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 69.861 mil (2016 - R\$ 49.813 mil).

12) DEPÓSITOS

a) Composição:

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017	2016
Depósitos:						
- À vista.....	19.671	-	-	-	19.671	16.247
- Interfinanceiros.....	56.029	965.899	55.190	1.042.701	2.119.819	2.860.716
Total em 2017	75.700	965.899	55.190	1.042.701	2.139.490	2.876.963
%.....	3,5	45,2	2,6	48,7	100,0	
Total em 2016	16.247	1.005.954	809.688	1.045.074	2.876.963	2.876.963
%.....	0,6	32,3	29,6	37,5	100,0	

b) Despesas com operações de captação do mercado

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Depósitos interfinanceiros.....	(131.051)	(182.840)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.....	(18)	(11)
Total	(131.069)	(182.851)

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher.....	8.789	10.737
Provisão para tributos diferidos.....	2.843	234
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	7	3.051
Total	11.639	14.022

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Lojistas a pagar (1).....	393.471	384.455
Valores a pagar - cartão de crédito (2).....	226.172	239.970
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 11b).....	100.849	40.821
Provisões fiscais (Nota 11b) (3).....	100.262	95.602
Credores diversos.....	55.178	90.441
Provisão para pagamentos a efetuar.....	46.874	40.722
Provisão para contingências cíveis (Nota 11b).....	25.595	17.934
Provisão para benefícios trabalhistas.....	3.122	2.894
Valores a pagar a empresas ligadas.....	1.151	17.111
Outros.....	98.680	80.451
Total	1.051.354	1.010.401

- 1) As obrigações com lojistas referem-se as operações de financiamento de terceiros para compra de bens, incluindo compras com cartões híbridos e *private label*;
 2) Refere-se às transações com cartões que ocorrem fora da rede de lojistas parceiros; e
 3) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 481.996 mil (R\$ 361.996 mil em 2016) é representado por 546.742 (135.013 em 2016) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Em 2017 não houve destinação de lucros, uma vez que o lucro líquido do semestre no montante de R\$ 17.163 mil foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de períodos anteriores.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de tarifas bancárias.....	73.601	68.947
Rendas de serviços prestados a ligadas.....	12.282	14.329
Rendas de outros serviços.....	6.989	7.251
Rendas de serviços diferenciados - PF.....	57	57
Total	92.929	90.584

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	41.592	39.236
Benefícios.....	19.028	13.454
Encargos sociais.....	15.137	12.643
Remuneração de estagiários.....	800	681
Treinamento.....	170	168
Total	76.727	66.182

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros.....	59.100	126.207
Serviços técnicos especializados.....	31.673	26.897
Processamento de dados.....	13.008	20.365
Comunicações.....	12.587	6.323
Publicidade e propaganda.....	8.337	10.711
Aluguéis.....	7.299	7.754
Transportes e viagens.....	4.422	3.088
Manutenção e conservação de bens.....	2.390	2.823
Depreciação e amortização.....	1.271	17.112
Material de expediente.....	1.386	2.364
Serviços do sistema financeiro.....	1.321	39.784
Outros.....	4.111	33.441
Total	146.905	296.869

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	28.676	32.474
Contribuição ao PIS.....	4.685	5.277
Impostos sobre serviços - ISS.....	4.483	4.469
Outras.....	570	2.517
Total	38.414	44.737

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de créditos específicos (1).....	37.691	50.390
Receitas de operações com cartão de crédito (2).....	16.480	10.275
Atualização monetária de depósitos judiciais (3).....	8.691	11.198
Reversão de provisões operacionais.....	6.737	37.269
Recuperação de encargos e despesas.....	3.170	3.151
Outras.....	295	431
Total	73.064	112.714

- (1) Refere-se, substancialmente, a rendas de cessão de créditos concedidos à pessoas físicas;
 (2) Refere-se, substancialmente, à receita de antecipação de agenda; e,
 (3) Refere-se, substancialmente, à atualização monetária sobre depósitos judiciais sobre auto de infração de imposto de renda e contribuição social, referente ao período de 1997 a 2005.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Despesas de operações com cartão de crédito.....	30.995	17.945
Descontos concedidos.....	20.179	39.966
Despesas de provisões.....	19.669	9.673
Profit share - cartões.....	18.435	-
Outras.....	9.313	2.112
Impairment de ativos intangíveis (*).....	-	200.410
Comissões de fianças.....	-	3.191
Total	98.591	273.297

(*) Em 2016 houve o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável identificada para o contrato de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 200.410 mil.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A., até 1 de julho de 2016, o controlador era HSBC Bank Brasil S.A.) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2017	2016	2017	2016

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
- Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.600 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.600 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
- Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil
Proventos	480
Total	480

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil
Planos de previdência complementar de contribuição definida	559
Total	559

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	42.495	(297.741)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(19.123)	133.983
Efeito no cálculo dos tributos:		
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis.....	(2.398)	(603)
Outros valores	(3.811)	(29.287)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(25.332)	104.093

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.780)	(1.871)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	(22.549)	105.964
Base negativa de contribuição social	(1)	-
Prejuízo fiscal	(2)	-
Total dos ativos fiscais diferidos	(22.552)	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(25.332)	104.093

A DIRETORIA

Vinicius Panaro – Contador – CRC 1SP324844/O-6 S - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de agosto de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a adminis-

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldos em 30.6.2017
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	226.620	131.668	145.073	213.215
Provisões cíveis.....	12.182	340	42	12.480
Provisões fiscais.....	31.993	926	75	32.844
Provisão trabalhista.....	40.902	20.657	21.401	40.158
Impairment de ativos intangíveis.....	106.129	11.621	10.880	106.870
Outros.....	30.042	17.025	27.315	19.752
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	447.868	182.237	204.786	425.319
Prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social	118.420	-	3	118.417
Total dos créditos tributários (Nota 8)	566.288	182.237	204.789	543.736
Obrigações fiscais diferidas.....	34	2.809	-	2.843
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	566.254	179.428	204.789	540.893

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	37.704	23.201	-	-	60.905
2018.....	73.405	62.261	-	-	135.666
2019.....	123.379	78.943	66.182	52.235	320.739
2020.....	17.960	8.466	-	-	26.426
Total	252.448	172.871	66.182	52.235	543.736

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 520.704 mil (2016 - R\$ 434.760 mil), sendo R\$ 408.484 mil (2016 - R\$ 335.941 mil) de diferenças temporárias; R\$ 112.220 mil (2016 - R\$ 98.819 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários da Organização que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

tração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

PF aponta fraude em benefícios da Previdência de idosos

A Polícia Federal cumpriu ontem dez mandados de busca e apreensão e nove de condução coercitiva no distrito de Santa Maria, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A operação foi deflagrada após

investigações que apontaram um esquema de fraude que causou prejuízo de cerca de R\$ 13 milhões à Previdência Social, especificamente benefícios assistenciais ao idoso.

Investigações indicaram que a associação criminoso,

que seria formada por três irmãos, utilizava documentos falsos em nome de pessoas fictícias para obter, de forma irregular, centenas de benefícios de prestação continuada. Parte do dinheiro obtido com as fraudes foi localizado em

contas de 'laranjas', o que resultou no bloqueio judicial de R\$ 6,6 milhões.

CIGANOS

De acordo com o delegado Vinicius Venturini, responsável pela investigação, da quadrilha faziam parte um

grupo de ciganos instalados em Campos.

Deflagrada em abril de 2016, a ação apurou a emissão irregular de documentos supostamente irregulares, como Certidões de Nascimento tardias pelos antigos responsáveis pelos cartórios de registro

civil das localidades de Travessão e Vila Nova, sem que houvesse o cumprimento dos requisitos legais, bem como a utilização de tais documentos junto ao INSS. Tudo isso, visando a obtenção irregular de benefícios assistenciais de prestação continuada.